

DIGNÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – DEPARTAMENTO REGIONAL MINAS GERAIS – MG.

A empresa **B2G COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o n.º 38.179.851/0001-16, com sede na Rua José Mehry, 1266, Boa Vista, Curitiba/PR, estado do Paraná, neste ato representada por sua representante legal, vem tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, vem apresentar **CONTRARRAZÕES** com base na Resolução do Conselho Nacional do Sesc de nº 1570/2023, em face da das alegações trazidas pela empresa **TEC-INFORMATION SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, contrária à aceitação da proposta desta licitante no pregão em referência, pelas razões de fato e de direito que seguem.

I. DOS FATOS

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado pelo SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO visando, a “Locação de equipamentos para a gestão de atendimento, incluindo toda estrutura do Totem, Mini PC e Televisores, para apoio ao novo software de saúde que será implantado em todas as unidades de saúde do Sesc em Minas conforme especificações constantes nos seguintes Anexos (...)”, realizado na modalidade Pregão Eletrônico sob número 90033/2024.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório.

Na análise da documentação e do equipamento, a presente empresa CONTRARRAZOANTE foi declarada como VENCEDORA por cumprir todas as exigências habilitatórias e técnicas, demonstrando que o equipamento atende plenamente ao que exige o edital, o que suscitou uma INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos INFUNDADOS e INOPORTUNOS.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum

aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

II. DAS RAZÕES DA SOLICITAÇÃO

É mister apontar que a respeitável Comissão decidiu sabiamente ao classificar e declarar como vencedora a Recorrida.

Em síntese, a Recorrente alega de forma infundada: “(...) os MiniPCs oferecidos pela empresa B2G não atentem ao edital retificado no que se refere às dimensões físicas, que expressamente menciona a necessidade um MiniPC de dimensões reduzidas para serem usados junto aos painéis com televisores.”

A argumentação apresentada pela Recorrente de que o edital "expressamente menciona a necessidade de um MiniPC de dimensões reduzidas para serem usados junto aos painéis com televisores" não encontra respaldo nas informações disponíveis. Em nossa análise, não há nenhum trecho no edital que estabeleça essa exigência específica de dimensões reduzidas para os microcomputadores.

O que está ocorrendo é que a empresa, ao tentar justificar a ausência do barramento PCIe x16 no produto ofertado, faz referência a diferentes dimensões de microcomputadores de diversas marcas. No entanto, vale ressaltar que, se havia algum questionamento ou dúvida sobre a necessidade do barramento PCIe x16, este deveria ter sido esclarecido durante a fase de questionamentos do processo licitatório, assim como a administração respondeu pacientemente vários questionamentos trazidos quanto ao descritivo.

O edital é claro ao mencionar o barramento PCIe x16, o que indica que o microcomputador necessário pode ser do tipo SFF (Small Form Factor). Esses gabinetes, embora menores que os desktops convencionais, ainda permitem a inclusão de um barramento PCIe x16, possibilitando a expansão futura do vídeo com placas de vídeo compatíveis com o barramento PCIe.

É importante lembrar que o descritivo do item RTE014 requer explicitamente:

*RTE014: Placa de Vídeo: Controladora gráfica **com barramento PCI Express x 16** compatível com DIRECT X10; com no mínimo 1Gb de memória dedicada ou com compartilhamento dinâmico; possuir, no mínimo, 1 (uma) porta de sinal de vídeo digital (HDMI). Não serão aceitos adaptadores externos*

Com base nisso, entendemos que está implícito que o produto a ser fornecido deve ter dimensões adequadas para comportar esse tipo de barramento, bem como para possibilitar o atendimento de todas as especificações técnicas requeridas. Portanto, a alegação da empresa não faz sentido, já que a exigência do barramento PCIe x16 está presente no edital, e qualquer dúvida relacionada ao modelo escolhido deveria ter sido levantada previamente, na fase de questionamentos.

Assim, concluímos que a Recorrente está equivocada ao justificar a ausência desse barramento em seu produto, e suas alegações não têm fundamento técnico ou jurídico.

A Recorrente também alega o seguinte:

“Observamos que a proposta da B2G incluiu equipamentos que não foram especificados pelo cliente SESC MG no documento de licitação. Em particular, a proposta inclui 13 monitores independentes com os miniPCs, que não estavam solicitados. Estes monitores são oferecidos de acordo com o item A3 da proposta comercial e o documento "Item A3 - QPCI544004S120J105SXX11XX01L21S24G26.pdf". A inclusão desses itens adicionais torna a proposta desnecessariamente mais cara e viola as normas da Lei 8.666/1993 e da Lei 14.133/2021.”

A alegação da empresa de que nossa proposta incluiu itens além do solicitado, com o objetivo de aumentar desnecessariamente o custo, não é válida, e podemos esclarecer isso de forma clara.

Primeiramente, é importante destacar que a ERRATA 02.2024 publicada pela administração deixou explícito que a especificação do ITEM A3 deveria atender “às mesmas especificações para item Microcomputador completo do terminal de atendimento”, que abrangem desde o item RTE008 até o RTE020, sendo esta última exatamente o monitor que foi ofertado como componente do Item A3 pela B2G.

O ponto crucial aqui é que o item RTE020 se refere justamente ao monitor, que foi corretamente ofertado como parte do ITEM A3 por nossa empresa, a B2G. Portanto, a inclusão do monitor em nossa proposta não foi um acréscimo desnecessário, mas sim o cumprimento integral das exigências definidas pela administração na errata.

Além disso, é lógico concluir que, para garantir a funcionalidade do MiniPC ofertado, é necessário incluir uma tela que permita a visualização de sua saída de vídeo. Um MiniPC sem monitor não teria utilidade prática, pois seria impossível utilizá-lo de forma adequada. Por isso, entendemos que nossa proposta atende perfeitamente ao que foi solicitado e, longe de ser "desnecessariamente mais cara", é tecnicamente adequada e alinhada com as exigências do edital.

Portanto, a alegação da Recorrente de que ofertamos itens além do necessário não se sustenta, visto que estamos cumprindo integralmente as especificações publicadas pela administração.

Por fim, a Recorrente argumenta de maneira equivocada o seguinte:

“Após a análise da solução proposta pela B2G, verificamos que ela não atende às especificações dimensionais exigidas pelo SESC MG. De acordo com a especificação RTE030, as dimensões desejadas são aproximadamente 450 x 1500 x 360 milímetros. No entanto, a proposta da B2G possui dimensões de 600 x 1500 x 600 milímetros, tornando-a significativamente (33% em largura e 67% maior em profundidade) maior do que o necessário, podendo ainda ter suas dimensões aumentadas em até 10% segundo próprio catálogo, elevando a 47% e 83% respectivamente”.

A alegação da empresa de que o produto ofertado pela B2G não atende às dimensões especificadas do equipamento apresenta contradições claras em sua própria argumentação. A empresa corretamente menciona o que o edital especificava para o RTE030, mas parece ignorar um ponto fundamental: o edital menciona dimensões aproximadas.

RTE030

Dimensões aproximadas: 130cm e 150cm de altura x 45cm largura x 36cm profundidade

Quando o edital utiliza dimensões aproximadas, entendemos que essas medidas servem como uma referência para orientar a fabricação e seleção do produto. Isso é importante porque cada fabricante tem suas próprias particularidades de design e construção. Se as dimensões fossem exatas e rígidas, a Administração estaria, na prática, limitando a escolha a apenas um ou dois fabricantes, o que não faz sentido em processos de licitação que buscam fomentar a concorrência. Portanto, é razoável esperar que haja pequenas variações nas dimensões, especialmente quando se trata de produtos de diferentes marcas.

Além disso, o catálogo apresentado pela B2G demonstra de forma clara que a profundidade do corpo do totem segue um design slim e moderno, com uma profundidade aproximada de 177 mm. A profundidade de 600 mm mencionada refere-se exclusivamente à base do totem, que só é aplicada quando o equipamento está em uso, garantindo a sua estabilidade. Essa diferença é funcional e de acordo com o design do produto, que mantém as características de modernidade e eficiência solicitadas.

Dimensões Corpo (LxAxP)***	600 x 1410 x 177 mm
Dimensões Base (LxAxP)***	600 x 1500 x 600 mm

Outro ponto importante é que a empresa, ao questionar as dimensões do produto, não forneceu nenhum catálogo técnico oficial do fabricante de seu próprio produto para comparação, tampouco demonstrou a existência desse equipamento em seu próprio website. Dessa forma, a Recorrente está levantando pontos que não foram respaldadas por documentação técnica e oficial.

Portanto, entendemos que as alegações da empresa carecem de fundamento, pois questionam aspectos que, dada a flexibilidade permitida pelo edital em relação às dimensões aproximadas, não fazem sentido para desqualificar o produto ofertado pela B2G.

O último ponto que gostaríamos de rebater, é acerca da alegação de inexistência de informações sobre o fabricante e modelo do equipamento ofertado pela B2G.

Primeiramente, a B2G forneceu um catálogo técnico completo e detalhado do equipamento, que foi entregue à Administração. Como o edital não especificava o formato do catálogo, o documento apresentado está adequado.

Além disso, o fato de o catálogo estar acessível apenas por um link fornecido não desqualifica a transparência ou autenticidade das informações. O documento contém todas as especificações necessárias para avaliação do produto, incluindo detalhes sobre o fabricante, o modelo e as características técnicas. Assim, a administração e os responsáveis pelo processo de licitação têm à disposição todos os elementos necessários para verificar a conformidade do equipamento com as exigências do edital.

É possível também encontrar o site da QUINYX¹, onde há um canal de atendimento, o qual a Administração poderia validar todas as informações em sede de diligência.

É importante destacar que a internet é uma ferramenta de suporte, mas não a única fonte de comprovação de um produto. O fato de o equipamento não estar amplamente divulgado em sites públicos não significa que ele não exista ou que seja inadequado. Muitos produtos especializados, ou de lançamento recente, podem não ter grande visibilidade online, mas ainda assim são completamente válidos e atendem a todas as normas e padrões técnicos.

Não há como contestar que o princípio do julgamento objetivo é uma consequência natural do princípio de vinculação ao edital. Esse princípio impõe à Administração a obrigação de seguir rigorosamente os critérios estabelecidos no ato convocatório, evitando qualquer subjetividade na avaliação.

Da mesma forma que a isonomia e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável são tratados como

¹ <https://quinyxcompany.com/>

princípios fundamentais, consideramos que a escolha da proposta mais vantajosa também se apresenta como um verdadeiro princípio das licitações.

Diante do exposto, é evidente que a Administração agiu de forma indefectível, não havendo qualquer razão que justifique a alteração da decisão que classificou a Recorrida, de modo que a decisão deve ser mantida.

III. DO DIREITO

As regras editalícias são fundamentadas com base nas leis estabelecidas no ato convocatório, quais sejam: em conformidade com as disposições da Resolução do Conselho Nacional do Sesc de nº 1570/2023, e demais condições fixadas no edital.

Os princípios que norteiam a licitação são: Legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório, publicidade entre outros princípios correlacionados trazidos pela nova lei de licitações.

Tais princípios são essenciais e intrínsecos à execução do procedimento licitatório. A restrição ou falta de zelo no cumprimento dos deveres por eles instituídos caracterizam vícios na condução do processo e nos atos emitidos pela Administração.

Neste sentido, elucidamos as palavras do renomado Hely Lopes Meirelles, acerca da legalidade. vejamos: “A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Proibição Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ademais, o referido princípio ratifica que os atos/procedimentos administrativos devem ser realizados e conduzidos em perfeita consonância aos dispositivos legais por ele abrangidos, em conformidade com a Lei.

Por certo que a licitação constitui em um procedimento vinculado à lei, isto é, todas as fases do procedimento licitatório estão rigorosamente disciplinadas legalmente. Tal composição dá o corpo para o vínculo ao Princípio da Legalidade, e o descumprimento de qualquer formalidade legal ou regulamentar eiva em nulidade o procedimento.

De forma similar, encontramos a isonomia processual, que nada mais confere que um tratamento igualitário frente às licitantes interessadas na oportunidade, um instrumento regulador das normas e sua aplicabilidade.

Notadamente, que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Isso sem contar a necessidade de perpetuação de tal vinculação durante toda a execução do contrato.

A Administração tem o DEVER de respeitar aquilo que foi estabelecido pelo diploma editalício, não podendo, de forma alguma, esquivar-se das regras preliminarmente estabelecidas. Esta obrigação atinge as especificações técnicas dos itens.

Ainda, de acordo com o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, a Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública **que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Após evidenciar que as alegações da Recorrente foram infundadas, equivocadas e de ânimo protelatório, pelas razões fáticas e legais acima narradas. E sua aceitação configura ilegalidade e proveito ao certame, de forma que viola afrontosamente as normas legais e editalícias.

Questiona-se os motivos que levaram a empresa à protocolar recurso com caráter meramente protelatório, comportamento reprovável, passível até mesmo de penalização, pois o único objetivo é atrasar o resultado do edital.

Ademais, a desclassificação da B2G COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA contemplaria EQUIVOCO dos agentes públicos, em afronta a busca da contratação mais vantajosa ao interesse público e segurança atribuída aos habilitantes, vinculando-os ao edital e este ao processo que o antecedeu, **conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.**

Isto posto, percebe-se que o ato da Comissão de Licitação deve ser pela preservação dos atos exarados quando da realização do certame, refutando toda e qualquer alegação trazida pela Recorrente, em razão disto, o Douto Pregoeiro deve manter a decisão e operar a manutenção da habilitação da B2G COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA.

IV. - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Respeitável Comissão de Licitação para que se utilizem dos direitos e deveres a vocês atribuídos e procedam com a RATIFICAÇÃO dos atos administrativos exarados no presente certame corridos com viés de habilitar a empresa B2G COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA, sendo certo que as intenções de recursos apresentados não contemplam fatores desabonadores, devendo então ser realizada a ADJUCAÇÃO para a B2G COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA, cuja proposta cumpre os preceitos e princípios fundamentais aplicados ao procedimento licitatório.

Por fim, se discordar dos fatos e fundamentos jurídicos aqui trazidos, que se digne Vossa Senhoria e encaminhar o presente recurso à Autoridade Superior competente, para conhecê-lo e, certamente, dar-lhe provimento.

Termos em que pede deferimento.

Curitiba, 13 de setembro de 2024.

Liliane Fernanda Ferreira

B2G COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA
CNPJ: 38.179.851/0001-16
LILIANE FERNANDA FERREIRA
CPF: 079.711.079-86 / RG: 10.748.430-2